



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
32/2023

PÁGINA Nº
1 de 13

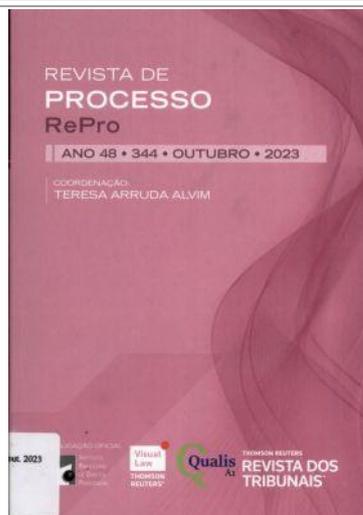
RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

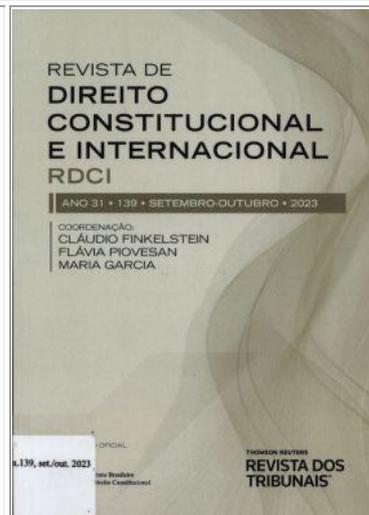
I- LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

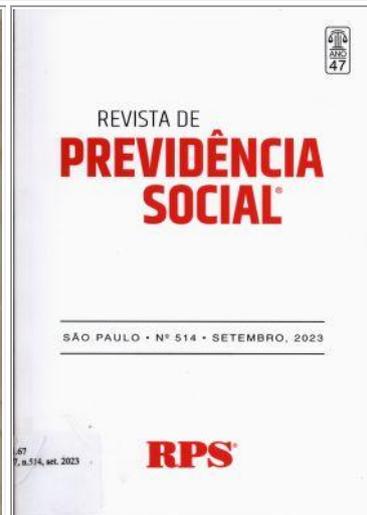
III- PERIÓDICO



Revista de Processo



Revista de Direito Constitucional e Internacional



Revista de Previdência Social

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 11.811, de 30 de novembro de 2023](#)

Altera o [Decreto nº 11.415, de 16 de fevereiro de 2023](#), que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2023.

DOU - Seção 1, Extra C, p. 1-9, 30/11/2023

[Decreto n. 11.813, de 5 de dezembro de 2023](#)

Dispõe sobre a realização, no exercício de 2024, de despesas inscritas em restos a pagar não processados no exercício de 2022, provenientes de transferências voluntárias.

DOU - Seção 1, p. 1, 06/12/2023

[Decreto n. 11.814, de 5 de dezembro de 2023](#)

Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2024.

DOU - Seção 1, p. 2-17, 06/12/2023

[Portaria n. 755, de 5 de dezembro de 2023](#)

Institui o Programa Nacional de Fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+ - Programa Acolher+.

DOU - Seção 1, p. 72, 07/12/2023



ALERTA SEBIB

NÚMERO
32/2023

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
3 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Portaria n. 756, de 5 de dezembro de 2023](#)

Institui a Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+.
DOU - Seção 1, p. 73, 07/12/2023

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

[Lei n. 14.740, de 29 de novembro de 2023](#)

Dispõe sobre a autorregularização incentivada de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.
DOU - Seção 1, p. 1, 30/11/2023

[Lei n. 14.741, de 30 de novembro de 2023](#)

Cria cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas nos Quadros Permanentes da Secretaria do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar da União.
DOU - Seção 1, p. 10, 01/12/2023

[Lei n. 14.744, de 30 de novembro de 2023](#)

Dispõe sobre a prestação de serviços postais e de comunicação multimídia da administração pública federal direta e indireta.
DOU - Seção 1, p. 10, 01/12/2023

[Lei n. 14.747, de 5 de dezembro de 2023](#)

Institui o mês de setembro como o Mês de Conscientização sobre as Doenças Cardiovasculares.
DOU - Seção 1, p. 1, 06/12/2023

[Lei n. 14.748, de 5 de dezembro de 2023](#)

Altera a [Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012](#), a fim de dispor sobre o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.
DOU - Seção 1, p. 1, 06/12/2023



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
32/2023

PÁGINA Nº
4 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Recomendação n. 146, de 28 de novembro de 2023.](#)

Dispõe sobre estratégias para o cumprimento adequado das decisões judiciais nas demandas de saúde pública.

eDJ-CNJ n. 287, de 30/11/2023, p. 3-5

[Resolução n. 533, de 21 de novembro de 2023](#)

Institui a Semana Nacional dos Juizados Especiais para valorização, visibilidade e gestão dos Juizados Especiais.

eDJ-CNJ n. 287, de 30/11/2023, p. 2

[Resolução n. 534, de 21 de novembro de 2023](#)

Altera o inciso I do art. 2º da [Resolução CNJ nº 321/2020](#), que dispõe sobre a concessão de licença paternidade, licença à gestante e de licença à adotante para magistrados e servidores do Poder Judiciário brasileiro.

eDJ-CNJ n. 287, de 30/11/2023, p. 2-3

[Portaria n. 340, de 23 de novembro de 2023](#)

Torna público o Edital do Prêmio “CNJ Memória do Poder Judiciário” (3ª edição – 2024).

eDJ-CNJ n. 287, de 30/11/2023, p. 2-4

[Resolução n. 535, de 28 de novembro de 2023](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 516/2023](#) (p. 2-3), Altera as Resoluções CNJ n. [81/2009](#), que dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital, e [203/2015](#), que dispõe sobre a reserva aos negros, no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura.

eDJ-CNJ n. 289, de 01/12/2023, p. 2



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
32/2023

PÁGINA Nº
5 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Anexo da Recomendação n. 145, de 27 de setembro de 2023](#)

(*) Republica o anexo da Recomendação 145/2023, que recomenda a adoção do "Protocolo para Julgamento de Ações Ambientais" no âmbito do Poder Judiciário brasileiro.

eDJ-CNJ n. 290, de 01/12/2023, p. 4-77

[Resolução n. 536, de 7 de dezembro de 2023.](#)

Altera o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça.

eDJ-CNJ n. 296, de 07/12/2023, p. 2-5

Conselho da Justiça Federal

Presidência

[Resolução n. 860, de 7 de dezembro de 2023](#)

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

DOU - Seção 1, p. 177-178, 11/12/2023

[Resolução n. 861, de 7 de dezembro de 2023](#)

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

DOU - Seção 1, p. 177-178, 11/12/2023

[Resolução n. 862, de 7 de dezembro de 2023](#)

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

DOU - Seção 1, p. 177-178, 11/12/2023

[Resolução n. 863, de 7 de dezembro de 2023](#)

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

DOU - Seção 1, p. 177-178, 11/12/2023



ALERTA SEBIB

NÚMERO
32/2023

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
6 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

[Portaria n. 1484, de 30 de novembro de 2023](#)

Dispõe sobre as metas estratégicas a serem monitoradas na Justiça Federal da 1ª Região de 1º e de 2º graus e aprova o glossário das metas aplicáveis ao Selo Estratégia em Ação na premiação do ano de 2024, relativa ao exercício de 2023, no âmbito do 1º grau de jurisdição da Justiça Federal da 1ª Região.
BDTRF1, 30 de novembro de 2023

[Portaria n. 1502, de 30 de novembro de 2023](#)

Revoga o § 1º do art. 1º da [Portaria Presi 1363, de 10 de outubro de 2023](#), que declara, em caráter excepcional, ponto facultativo no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região no dia 13 de outubro de 2023 e dá outras providências.
BDTRF1, 30 de novembro de 2023

[Ato n. 2.100, de 04 de dezembro de 2023](#)

Torna pública a composição dos órgãos julgadores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
DOU - Seção 2, p. 57, 05/12/2023

Corregedoria Regional

[Circular n.38, de 01 de dezembro de 2023](#)

Ref.: Inspeção Ordinária anual/2024.
BDTRF1, 04 de dezembro de 2023

Diretoria-Geral

[Portaria n. 889, de 04 de dezembro de 2023](#)

Estabelece o funcionamento dos serviços essenciais da área administrativa durante o recesso forense de 2023/2024, no âmbito do TRF – 1ª Região.
BDTRF1, 05 de dezembro de 2023



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
32/2023

PÁGINA Nº
7 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA DE PROCESSO Nº 344 – OUT./2023

TEORIA GERAL DO PROCESSO

- Fato notório: revisão crítica diante da difusão digital de conhecimento
Notorious fact: a critical review considering the digital dissemination of knowledge
CARLOS FREDERICO BASTOS PEREIRA 19
- Parecer: Ação rescisória. Suposta violação à coisa julgada. Limites objetivos da coisa julgada. Direito intertemporal. Questões prejudiciais. Questões principais. Delimitação da causa de pedir
Opinion: Action for relief from judgment. Alleged violation of res judicata. Objective limits of res judicata. Intertemporal law. Preliminary issues. Principal issues. Delimitation of the cause of action
MÁRCIO CARVALHO FARIA 49
- Appunti su alcuni aspetti della verità nel diritto
Notes on certain aspects of truth in law
ROBERTO CONTI..... 69
- A cisão da teoria das nulidades processuais com a jurisprudência e seus efeitos sobre a unirecorribilidade
The split of the theory of procedural nullities with jurisprudence and its effects on the singularity of appeals
WILLIAM SOARES PUGLIESE e LUCAS LUNARDELLI VANZIN ZWICKER 103



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
32/2023

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
8 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

TUTELA EXECUTIVA

Multa coercitiva no direito brasileiro (parte 3 de 3): questões relacionadas à sua liquidação e execução

L'astreinte nel diritto brasiliano (parte 3 di 3): questioni relative alla sua liquidazione ed esecuzione

LUCAS BURIL DE MACÊDO e FILIP DE CARVALHO GÓIS..... 121

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

A Reclamação como instrumento apto a conduzir o debate de teses firmadas pelos tribunais superiores e a relevância da questão federal no recurso especial

"Reclamação" as an instrument able to lead the debate of theses signed by the superior courts and the relevance of the federal question in the special appeal

GISELE WELSCH, GUILHERME ANTUNES DA CUNHA e JOÃO VICTOR BRODT LEMES..... 153

Convenção processual e recursos extraordinários *per saltum*

Procedural convention and extraordinary appeals "per saltum"

OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ e PATRICO CIRQUEIRA DA SILVA 177

TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA

Incentivos financeiros e tutela coletiva: uma crítica aos Projetos de Lei 4.778/2020 e 1.641/2021

Financial incentives and collective redress: a critic to Bills 4,778/2020 and 1,641/2021

DIEGO SANTIAGO Y CALDO 191

A imprescritibilidade da pretensão de reparação civil por dano ambiental difuso e o Projeto de Lei 3.000/2020: algumas observações relevantes

The imprescriptibility of the claims for civil reparation for diffuse environmental damages and Draft Law 3,000/2020: some relevant remarks

LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR, MIRIAM FECCHIO CHUEIRI e RODRIGO COSTA GONZALEZ 215

TUTELA DIFERENCIADA

Uma taxonomia dos custos de transação e dos riscos jurídicos na alienação judicial

A taxonomy of the transaction costs and legal risks in judicial sale

ANDRE VASCONCELOS ROQUE e BRUNO HENRIQUE VERSIANI SCHRÖDER 231



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
32/2023

PÁGINA Nº
9 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Notas sobre o tratamento de ativos contingentes na apuração de haveres:
a recorrente situação dos honorários por causas pendentes em sociedades
de advogados

*Notes on the treatment of contingent assets in the valuation of companies:
the recurrent issue of attorney's fees for pending cases in law firms*

MARCELO VIEIRA VON ADAMEK..... 257

DIREITO JURISPRUDENCIAL – PRECEDENTES VINCULANTES, JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE, SÚMULAS E TEMAS AFINS

(Ausência de) controle de representação adequada no Incidente de Reso-
lução de Demanda Repetitiva – IRDR

*(Absence of) adequate representation control in the Repetitive Demand
Resolution Incident – IRDR*

GEOVANY CARDOSO JEVEAUX, CHRISTOPHER GIESEN e RODRIGO FERRARI SECCHIN..... 281

PROCESSO CONSTITUCIONAL

Processo constitucional: de onde vem, para que serve, do que se alimenta?
Processo costituzionale: da dove viene, a cosa serve, di cosa si nutre?

DANIEL MITIDIERO 307

DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES

O fracionamento da demanda no direito brasileiro: análise comparada
com o direito italiano

*Claim splitting in Brazilian law: a comparative analysis of the Italian legal
system*

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, ÉRICO ANDRADE e JULIANA CORDEIRO DE FARIA 325

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

A subjetividade decisória sob a ótica da neurociência e da psicologia jurídica
*Decision-making subjectivity under the perspective of neuroscience and
legal psychology*

ALINE BALHES CORREA 361

A inevitável superação do Enunciado 421 da Súmula do STJ após o RE-RG
1.140.005/RJ (STF, junho-2023): sobre os honorários defensoriais

*The inevitable overruling of Statement 421 of the STJ's Súmula after RE-RG
1,140,005/RJ (STF, June-2023): about the Brazilian public defender office's fees*

RAFAEL VINHEIRO MONTEIRO BARBOSA, MAURILIO CASAS MAIA e
ARILSON CONCEIÇÃO FEITOSA 379



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
32/2023

PÁGINA Nº
10 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

PROCESSO E TECNOLOGIA

Virada tecnológica no direito processual: fusão de conhecimentos para geração de uma nova justiça centrada no ser humano

Technological shift in procedural law: fusion of knowledge to generate a new justice centered on the human being

DIERLE NUNES..... 403

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS – ADR

Fundamentação da sentença arbitral e devido processo

Reasoning of the arbitral award and due process

EDUARDO TALAMINI 433



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
32/2023

PÁGINA Nº
11 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL Nº 139 – SET.-OUT./2023

DIREITO CONSTITUCIONAL

Vazamento de dados e dano moral: uma análise a respeito do entendimento de julgados do Tribunal de Justiça de São Paulo

Data leak and moral damage: an analysis regarding the understanding of rulings from the São Paulo Court of Justice

AMANDA GRIPPA DE OLIVEIRA, TÁRSIS RAFAEL PORTELA DE ARRUDA GOMES e IVELISE FONSECA DE MATTEU 11

Governança digital e democracia participativa: a evolução da participação popular na fiscalização e efetivação de políticas públicas no Brasil

Digital governance and participatory democracy: the evolution of popular participation in the supervision and implementation of public policies in Brazil

TATYANNE MARIA LINS DE ARAUJO 27

Jusnaturalismo e juspositivismo: segurança jurídica, Lei de Recuperação Judicial e as associações civis

Jusnaturalism and juspositivism: legal security, Judicial Reorganization Law and civil associations

JOÃO HENRIQUE CONTE RAMALHO, JOSÉ LUIZ RAGAZZI e LÚCIA HELENA POLLETTI BETTINI 45

DIREITOS HUMANOS

Direitos fundamentais dos migrantes internos à luz do Estatuto da Cidadania do Mercosul

Fundamental rights of internal migrants in the light of Mercosur's Citizenship Statute

ALEXANDRE COUTINHO PAGLIARINI e MARIA FERNANDA AUGUSTINHAK SCHUMACKER HAERING TEIXEIRA 67

O aborto em abordagem social e bioética e o princípio da autonomia

Abortion in a bioethical approach and the principle of autonomy

VIVIANE TELES DE MAGALHÃES ARAÚJO 85



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
32/2023

PÁGINA Nº
12 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Um rol para chamar de seu: uma análise da cobertura mínima obrigatória da saúde suplementar

A National Health Agency's list of procedures to call your own: an analysis of compulsory minimum coverage in private healthcare

ÉRIKA BRANDÃO GLEICHER..... 109

RESENHA

Publicistas: Direito Administrativo sob tensão, de Carlos Ari Sundfeld et al.

Publicistas: Direito Administrativo sob tensão, by Carlos Ari Sundfeld et al.

SALVADOR BIDART LEÃES 135

ARTIGOS HISTÓRICOS

História breve do constitucionalismo no Brasil

MANOEL DE OLIVEIRA FRANCO SOBRINHO..... 141

Colisão de direitos fundamentais: liberdade de expressão e de comunicação e direito à honra e à imagem

GILMAR FERREIRA MENDES..... 191



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
32/2023

PÁGINA Nº
13 de 13

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA DE PROVIDÊNCIA SOCIAL Nº 514 – SET./2023

REDAÇÃO

Nova reforma da Previdência Social..... 653

DOCTRINA

O procedimento do INSS para enquadramento de tempo especial por categoria profissional:
análise e críticas — Arthur José Nascimento Barreto..... 655

Palotina: uma reflexão e lição para todos nós! — José Augusto da Silva Filho 668

LEGISLAÇÃO

Portaria MPS n. 3.170, de 22.08.23 — Pecúlio. Índice de reajustamento. Salário de benefício.
Índice de reajustamento dos últimos salários de contribuição. Mês de agosto de 2023..... 729

Portaria Conjunta MPS/INSS n. 38, de 20.07.23 — Perícia médica federal. Incapacidade
laboral e a concessão do benefício por meio de análise documental pelo Instituto Nacional
do Seguro Social 730